

Editorial do "Post"

Brasil e as dívidas

Washington — Sob o título "Brasil e as dívidas", o jornal norte-americano "The Washington Post" publicou ontem um editorial sugerindo "que o FMI e os bancos comerciais considerem novas alternativas para reduzir o pagamento de juros do Brasil sobre sua enorme dívida externa, até que a recuperação e revitalização de seu comércio de exportação se desenvolvam mais".

Argumentando a favor da idéia, o jornal diz que "enquanto o aumento das taxas de juros tem um efeito adverso imediato sobre a capacidade de pagamento dos países endividados, os benefícios de recuperação da economia mundial e o aumento de juros de exportações são resultado de um processo muito mais lento".

Citando em seu principal editorial o Brasil, o "Post" diz que "este país tem boas razões para evitar qualquer tipo de interrupção dos pagamentos ou moratória de sua dívida", o que comprometeria o crédito internacional de que o Brasil necessita imperiosamente para desenvolver seu comércio e manter seu nível de desenvolvimento.

"Para evitar incorrer em inadimplência em suas gigantescas dívidas, o Brasil vem negociando um empréstimo com o Fundo Monetário Internacional. Mas as negociações têm sido difíceis e o acordo provisório da semana passada não tem a probabilidade de ser aceito formalmente pelo FMI antes de outubro. Enquanto isso, no Brasil há crescente discussão de uma moratória sobre os pagamentos da dívida sobre a base de que as mudanças na economia mundial contribuíram para a dificuldade atual e as condições de empréstimo do FMI se tornarem desproporcionalmente onerosas."

"Enquanto aumentam as taxas de juros, chega-se a um ponto onde os ajustes convencionais e as políticas de amortização deixam de ser realistas", acrescenta o jornal, afirmando que o Brasil já atingiu este estágio.

"É chegado o momento de que o FMI e os bancos comerciais considerem novas alternativas, que poderiam reduzir os atuais pagamentos de juros". Qualquer acordo deste tipo deveria ser aceitável para ambas as partes — não pode ser imposto aos bancos. Mas seria infinitamente preferível que a iniciativa partisse de Washington e Nova Iorque do que, mais tarde, das capitais latino-americanas assediadas pela reação política diante do fracasso econômico e das esperanças frustradas".

"Num país em que a taxa inflacionária está na faixa de 150 por cento ao ano, é uma medida amargamente impopular. O FMI também acredita que o Governo precisa atacar diretamente os gastos e a política monetária para fazer baixar essa tremenda taxa inflacionária. É um bom conselho e numa economia mundial perfeitamente estável, não haveria muita dúvida sobre a capacidade do Brasil adotá-lo.

"Infelizmente, a estabilidade está em baixo estoque e as taxas de juros vem subindo à medida que inicia a recuperação. Pelo fato de a maior parte da dívida do Brasil ser financiada a taxas oscilantes, o efeito desta alta sobre as obrigações estrangeiras do País é imediato. Em contraste, os benefícios da recuperação para as exportações do Brasil, e sua capacidade de pagar, terão lugar muito mais lentamente."

6 AGO 1983